

Análise da apuração jornalística na cobertura da posse de Jair Bolsonaro

Gislene Silva

Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR-UFSC). Doutora em Ciências Sociais e Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista de Produtividade CNPq.
E-mail: gislenedasilva@gmail.com

Terezinha Silva

Professora do PPGJOR-UFSC. Doutora em Comunicação pela Universidade Paris Nanterre (França) e Universidade Federal de Minas Gerais (cotutela).
E-mail: terezinhasilva@yahoo.com

Daiane Bertasso

Professora do PPGJOR-UFSC. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: daianebertasso@gmail.com

Valentina Nunes

Professora do Departamento de Jornalismo da UFSC. Doutora em Literatura pela mesma instituição.
E-mail: valentina8nunes@gmail.com

Jéssica Gustafson

Doutoranda do PPGJOR-UFSC. Bolsista Capes.
E-mail: je.g.costa@gmail.com

Diana de Azeredo

Mestre em Jornalismo pelo PPGJOR-UFSC.
E-mail: dianajornal@gmail.com

Resumo: A eleição de 2018 foi um marco para o Brasil por ter levado à Presidência da República, em uma campanha marcada por *fake news*, um candidato de extrema-direita após três décadas de democratização no país. Analisamos a cobertura jornalística da chegada de Jair Bolsonaro ao poder, nos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, nos portais UOL e G1, e nas revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. O estudo se concentra nas práticas de apuração passíveis de identificação nos textos. A análise mostra pouco investimento em pré-apuração de informações, burocrática apuração durante o evento, utilização pouco criteriosa da internet e das redes sociais, persistente tendência em priorizar fontes e interpretações oficiais, uso excessivo e não recomendável de fontes sem identificação. Estas são ações determinantes nos entendimentos que a imprensa oferece a respeito do novo governo.

Palavras-chave: Cobertura Jornalística; Apuração; Pré-Apuração; Fontes; Posse de Jair Bolsonaro.

Analysis about journalistic verification along coverage about Jair Bolsonaro's debut

Abstract: The 2018 election was a milestone for Brazil because it led to the Presidency of the Republic while involving a campaign full of fake news and a far-right candidate after three decades of democratization in the country. We analyzed the journalistic coverage of the arrival of Jair Bolsonaro's government to power as carried out by the newspapers Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo and O Globo, the websites UOL and G1 and the magazines Carta Capital, Época, IstoÉ and Veja. This study focuses on the verification practices that can be identified in these texts. Among other results, the analysis revealed little investment in pre-verification of information, bureaucratic verification in the course of the event, poor use of the internet and social networks, persistent tendency to prioritize official sources and interpretations, excessive and not recommended use of sources without identification. Such choices made by the press on verification processes are decisive actions that create meanings about the new government.

Keywords: News Coverage; Verification; Pre-Verification; Sources; Jair Bolsonaro's debut.

Introdução

O que nos revela a análise minuciosa da apuração jornalística de grandes mídias brasileiras na cobertura da posse e início do governo Jair Bolsonaro em janeiro de 2019? Trata-se, primeiramente, de um acontecimento programado sobre o qual se espera maiores esforços das redações para cobri-lo. Além disso, ele ocorre em um contexto de transformação no ecossistema midiático, com a centralidade das interações via internet e redes sociais digitais, que condicionam tanto o modo como as pessoas se informam quanto a forma como jornalistas e mídias realizam a cobertura de temas e acontecimentos. A entrada do novo governo ainda ganha gravidade e importância pela chegada à presidência de um candidato de extrema-direita após três décadas de democratização no país. É uma sucessão presidencial ocorrida após o turbulento e questionado processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e na qual o presidente empossado foi eleito em 2018 por campanha eleitoral marcada por *fake news*.

É nesse cenário que apresentamos um estudo sobre a cobertura jornalística referente à chegada do governo Jair Bolsonaro ao poder, realizada pelos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, pelos portais UOL e G1¹, e pelas revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, concentrando-nos, neste artigo, nas práticas de apuração passíveis de serem identificadas nos respectivos textos informativos/interpretativos (notas curtas, notícias/matérias, reportagens). Trabalhamos, portanto, com questões referentes à particularidade da cobertura política, à própria conceituação do termo cobertura jornalística, à diversidade de procedimentos de apuração junto a diferentes fontes de informação, em mídias diversas e condições históricas adversas em termos de ambiente democrático. Constituem o objeto empírico os materiais informativos/interpretativos desses jornais e portais nos dois primeiros dias do ano, e exemplares das últimas edições de 2018 e das primeiras edições de 2019 das revistas². O *corpus* se compõe das seguintes unidades de análise de textos informativos: 78 unidades dos jornais, 85 unidades de análise dos portais e 34 unidades de análise das revistas. Nosso objetivo é demonstrar como as opções por determinadas práticas de apuração, que são o sustentáculo das coberturas jornalísticas, forjam o quadro informacional pelo qual a imprensa constrói a inteligibilidade de determinados acontecimentos em nossa sociedade.

Política e cobertura jornalística

É conhecida, no meio acadêmico e mesmo no senso comum, a importância que as mídias jornalísticas tradicionalmente dão aos assuntos políticos, principalmente da política institucional (governos, legislativos, partidos etc.). Considera-se a cobertura de política como área nobre em qualquer mídia jornalística e fonte de *status* para os profissionais que nela atuam. O vínculo entre o jornalismo e política é tão antigo e imbricado que o próprio estudo da história da imprensa de um país costuma estar profundamente conectado à história e à política daquele país (MELO, 2003; ROMANCINI; LAGO, 2007; SODRÉ, 1983). A relação entre ambos está na base do discurso de autolegitimação do jornalismo enquanto instituição social (GOMES, 2009). O jornalismo, desde o século XIX, se justifica por este vínculo, por servir ao interesse público, fiscalizar os poderes do Estado, defender a cidadania diante dos abusos do poder, fundamentar a opinião pública, em declarado compromisso com valores democráticos, com a liberdade de opinião e com o debate público.

Essa centralidade da política na vida social e na produção jornalística e midiática se manifesta também em trabalhos científicos. Assim, para além das reflexões em formato de manual, elaboradas geralmente por profissionais que já atuaram na cobertura jornalística de política (SEABRA; SOUSA, 2006), há um volumoso e denso acervo de pesquisas no Brasil³ que envolve coberturas jornalísticas de assuntos ou acontecimentos políticos, ainda que a cobertura não seja o objeto central da

¹ Esta pesquisa sobre a cobertura jornalística da entrada do novo governo brasileiro em janeiro de 2019 está sendo desenvolvida pelo Grupo Transverso – Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR-UFSC), que conta com participação de quinze integrantes entre docentes doutoras, doutorandos(as), mestrandos(as) e alunos(as) de iniciação científica. A pesquisa é abrangente tanto na análise dos arranjos com os diferentes tipos de fontes como na dos materiais opinativos (editoriais, colunas, artigos). Os resultados aqui apresentados se referem a uma parte da pesquisa, especificamente sobre práticas de apuração.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSC pelos apoios que colaboraram para a realização deste trabalho.

² Na pesquisa ampliada, estão em andamento as análises das unidades opinativas deste mesmo objeto empírico.

³ Há muitos outros estudos consolidados por Grupos de Trabalho (GTs) de eventos científicos, como os de Comunicação e Política da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) e o de Jornalismo Político da Compolítica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política).

pesquisa, aparecendo apenas tangencialmente. Exploram-se, nessas investigações, temas diversos, tais como a relação entre comunicação e democracia, entre mídia e esfera pública (GOMES; MAIA, 2008); o debate e deliberação de questões coletivas (CAL; SANTOS, 2015; MAIA, 2008; MARQUES, 2009); os processos de enquadramentos de acontecimentos e temas políticos (PRIOR; GUAZINA; ARAÚJO, 2015; RIZZOTTO; PRUDÊNCIO; SAMPAIO, 2017); o estudo de editoriais de jornais e da empresa jornalística como ator político (MARQUES; MONT'ALVERNE; MIZOTO, 2019); a atuação da imprensa contra a ordem democrática e os impasses relativos a seu papel no debate público (ALBUQUERQUE, 2017; 2019); as perspectivas para o jornalismo político (MARQUES; CERVI; MASSUCHIN, 2018), entre outros. Essa área de pesquisa tem trazido importantes contribuições para o estudo das relações entre jornalismo e política e as transformações dessa relação no contexto contemporâneo, de amplo acesso social à internet e o compartilhamento de informações via redes sociais digitais. Sente-se uma lacuna, porém, no que se refere ao estudo de especificidades da cobertura jornalística, como o trabalho de apuração e a seleção de fontes informativas.

Embora seja uma expressão de uso corrente, cobertura jornalística ainda não é bem demarcada como conceito. O termo é utilizado comumente de modo amplo ao se falar de jornalistas e veículos de imprensa. Entre os profissionais de redação, pode significar desde a estratégia para buscar informações (como distribuição de repórteres por locais diferentes), o tempo ou espaço dedicado ao assunto, a variedade de recursos tecnológicos e investimentos empreendidos e, também, a perspectiva ideológica das linhas editoriais dos veículos, usualmente direcionadas a audiências específicas.

Nos estudos acadêmicos, o termo igualmente é utilizado de maneira variada e genérica. Ao proporem um método de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), Silva e Maia (2011) buscaram trabalhar um pouco o conceito de cobertura e sua expressão prática. As autoras, no âmbito dos estudos de produção da notícia, tomam coberturas jornalísticas como estratégias de apuração, composição e angulação, e concebem o método de ACJ para examinar como determinado veículo estrutura a cobertura de incontáveis assuntos ou de acontecimentos factuais específicos, com observações das marcas das técnicas e estratégias de apuração e composição da matéria jornalística. Silva e Maia (2011) indicam o método para comparar tais marcas em diferentes veículos, seja sobre um caso particular no momento presente ou sobre temáticas que se repetem, e também para analisar processos produtivos da imprensa no passado, bem como as transformações na cobertura ao longo do tempo, sobretudo quando o *corpus* envolve um recorte temporal extenso. “Quando há ênfase no contexto sócio-histórico-cultural, possibilita relacionar a produção à influência de forças conjunturais, como na pesquisa sobre textos jornalísticos produzidos durante a ditadura militar, períodos eleitorais, grandes eventos, desastres naturais, guerras, entre outros” (SILVA; MAIA, 2011: 39). Além disso, a ACJ serviria para mapear tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações (SILVA; SOARES, 2013).

Complementar a outros métodos, como os de análise de conteúdo e de análise de discurso, a ACJ exploraria indícios e marcas das técnicas de apuração, das estratégias para captar informação, de aspectos do processo produtivo da notícia e das correlações entre tais escolhas para a construção de narrativas e discursos. O importante, frisam Silva e Maia (2011), é considerar a inseparabilidade da estrutura da cobertura jornalística do que verificam os estudos dos conteúdos, dos discursos, das produções de sentido e dos imaginários coletivos encontrados na matéria noticiosa. Ou seja, a inseparabilidade entre as práticas de apuração, a adoção de determinadas fontes e o acontecimento configurado pela cobertura jornalística.

Para o estudo ora apresentado, expandimos o conceito de cobertura jornalística, entendendo-o, paradoxalmente, como mais denso e demarcado. Uma cobertura jornalística envolve tanto as estratégias de apuração, composição e angulação

dos assuntos nos materiais produzidos por repórteres e editores, e comumente classificados como sendo informativos/interpretativos (notas, notícias/matérias, reportagens, perfis), quanto o conjunto de produções explicitamente opinativas (editorial, colunas, artigos, blogs etc.) que colaboram para a compreensão do tema ou acontecimento tratado.

Considerando eleição e posse presidencial como um dos acontecimentos mais importantes em uma democracia representativa, o contexto histórico da chegada de Jair Bolsonaro à presidência após as muitas controvérsias em torno da destituição de Dilma Rousseff e, ainda, com a carência de estudos sobre especificidades de escolhas e atos de cobertura jornalística, partimos para esta pesquisa empírica sobre cobertura jornalística. As práticas de apuração correlacionadas com as fontes utilizadas estão na base da construção da agenda de temas e enquadramentos midiáticos e vão se materializar no produto jornalístico em circulação. As coberturas feitas pelos jornais, portais e revistas por nós analisados – mesmo que dividindo espaço e atenção com incontáveis conteúdos disponíveis na internet, em redes digitais e mesmo no aplicativo WhatsApp – sustentaram o debate e a opinião de diferentes segmentos sociais naquele momento de troca de poder presidencial. Nessa relevância social insere-se este estudo sobre apuração da informação jornalística.

Sobre apuração

Toda produção noticiosa feita pelo jornalismo, por mais simples ou aprofundada que seja, pressupõe apuração. Se no início do século XIX, conforme Noronha (2017), a apuração estava vinculada à noção de sensacionalismo, na passagem para o século XX, a prática de coleta de informações começa a se relacionar com a ideia de rigor. “Em um contexto influenciado pelo positivismo e pela ciência, o jornalismo investe em estratégias de apuração para se aproximar da ‘veracidade’ dos fatos e demarcar seu lugar em uma sociedade aflorante” (NORONHA, 2017: 47). Mesmo levando-se em conta a vinculação do jornalismo ao paradigma positivista, é inegável que o princípio da apuração segue relacionado à credibilidade da profissão e, por sinal, ganha mais importância diante do complexo fenômeno das *fake news* e da divulgação de desinformação. A apuração é definida por Leal (2018) como um dos instrumentos de ação jornalística, caracterizado pela forma por meio da qual o jornalismo articula seu “contato e diálogo [...] com diferentes realidades sociais” (LEAL, 2018: 16). Nesse sentido, concordamos com Medina (1986: 33) quando situa as técnicas de apuração em sua relação com facetas de uma verdade possível: “De qualquer maneira as técnicas de apuração dos fatos tendem a se aperfeiçoar não para atingir a precisão científica, mas um rico quadro de referências”.

A apuração é considerada por Ziller e Teixeira (2018: 41) como “o momento mais privilegiado e complexo na composição de uma narrativa jornalística”. Ela pode se estender por diferentes etapas de produção da notícia e ser caracterizada por “um movimento de idas e vindas, de escolhas e decisões”, como afirmam Rocha e Noronha (2016: 183), ao olhar para a rotina de repórteres em busca de informações. Há, inclusive, quem utilize como sinônimos apurar e investigar. Pereira Junior (2006) não faz distinção dos atos de encontrar e confrontar diferentes evidências, que seriam a espinha dorsal do ofício jornalístico. Santana (2011), porém, prefere marcar a diferença entre as duas práticas e considerar entre elas a existência de uma relação de dependência. Stacciarini (2019), por sua vez, sustenta que apurar não tem significado equivalente ao de investigar. De acordo com a autora, mesmo que o jornalismo diário demande apuração em todas as reportagens, nem sempre requer um trabalho de investigação em cada pauta, já que esse exercício estaria atrelado à descoberta de algo oculto, o que, avaliamos, demandaria mais esforço, tempo e risco. Em sua tese, o pesquisador aproxima o conceito de apuração da ideia de verificação, salientando o quanto ambos, quando bem feitos, contribuem para a credibilidade do veículo

jornalístico. Para a autora, trata-se de “representar a realidade de um fato a partir da pluralidade de embasamentos, entrevistas, coleta de dados, cruzamento de informação e checagem dos fatos” (STACCIARINI, 2019: 25).

Em perspectiva mais prática, estudos sobre apuração discutem suas possíveis etapas como ferramenta jornalística. Segundo Ziller e Teixeira (2018), três eixos se complementam durante a apuração: verificação, fontes e personagens, e pesquisa. No primeiro eixo, temos um contato prévio com o fenômeno que se quer conhecer, entendendo suas implicações e seus contornos. Passando ao eixo dois, o jornalista inicia o contato com as fontes, buscando idealmente sua diversidade, no sentido de proporcionar uma pluralidade de vozes e perspectivas político-ideológicas, garantindo a polifonia do conteúdo a ser publicado. Por fim, o terceiro eixo, sobre a pesquisa de dados e a checagem deles. “A busca por documentos e pesquisas, além de entrevistas, são métodos tradicionais de apuração” (ZILLER; TEIXEIRA, 2018: 42).

Os autores ressaltam que a apuração tende a acionar, como primeiras fontes, aquelas de cunho oficial, interessadas em divulgar algum tipo de produto ou serviço. Debatem ainda a relação desse processo de apuração com tipos de acontecimentos em questão, com diferentes temporalidades envolvidas e, conseqüentemente, com as fontes selecionadas. Tudo isso sob a pressão do tempo do fechamento das edições, pois a percepção do que é possível ou não fazer, dentro do prazo de apuração e edição, interfere na definição das fontes procuradas. Enquanto há fontes consultadas de forma sistemática, existem outras procuradas ocasionalmente. Ao apurar informações, segundo Clauso (2009), repórteres podem manter duas formas de contato com as fontes: diretamente (por meio de entrevistas, coletivas de imprensa, contatos pessoais, presença no lugar do acontecimento, declarações, denúncias de protagonistas) ou indiretamente (pelo uso de arquivo, boletins oficiais e privados, estudos e enquetes, agências de notícias, internet e outros veículos jornalísticos) (CLAUSO, 2009). Apura-se ainda utilizando *releases*, notas e outros materiais de assessoria, além de publicações em perfis nas redes sociais. O trabalho em captação e apuração das informações demonstra a importância que determinada mídia jornalística atribui ao acontecimento ou tema objeto da cobertura. E as fontes acionadas no levantamento e verificação das informações sinalizam a qualidade da apuração realizada para a produção das matérias jornalísticas e a diversidade de perspectivas na abordagem do assunto.

Podemos, assim, conceituar apuração jornalística pela articulação da ideia de um processo de busca por múltiplas informações, contatos com fontes e referências, realização de entrevistas, observações *in loco*, exercício de pesquisa e confronto entre diferentes evidências e perspectivas para reportar notícias, levando aos públicos entendimentos de questões e acontecimentos. Trabalhamos neste estudo com duas modalidades de apuração em relação à temporalidade do acontecimento (no caso, a chegada do novo governo ao poder) e especificamente nos materiais do jornalismo informativo/interpretativo, não opinativo: primeiramente, as atividades de *pré-apuração*, referentes àquelas marcas de trabalho jornalístico realizado com antecedência, considerando que o acontecimento da posse do governo tem data previamente definida; e, seqüencialmente, as atividades de *apuração em curso*, observando as marcas da apuração feita *in loco*, seja com a presença do repórter, entrevista com fontes e outros recursos que os jornalistas lançaram mão para fazer a cobertura. Na análise, ambas as modalidades de práticas de apuração dos jornais, portais e revistas foram conjugadas, neste momento de modo mais genérico⁴, com a seguinte tipologia de fontes: *entrevistados* (autoridades públicas, cidadãos, especialistas e celebridades); *repórter observador*; *documentos, arquivos/estudos* (pesquisa interna e externa); *coletiva de imprensa*; *assessoria de imprensa*; *declarações dadas em função do cargo* (aqui não se trata de fonte entrevistada, mas de informações fornecidas não especificamente para um veículo nem em coletiva de

⁴ O quadro detalhado de todos os tipos de fontes utilizadas em cada um dos veículos analisados será apresentado em artigo futuro especificamente sobre uso de fontes na cobertura da posse e início do governo Bolsonaro.

imprensa agendada, e sim por meio de notas publicadas); *agências de notícias; redes sociais; outros veículos/outros jornalistas; e, ainda, fontes não especificadas ou não identificadas.*

Pré-apuração e apuração em curso nos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo

⁵ A coleta e análise do material dos três jornais teve a participação também do doutorando Rafael Rangel Winch.

Nos materiais informativos das edições dos dias 1 e 2 de janeiro de 2019 dos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo⁵, observamos, na Tabela 1, diferença significativa entre as marcas de *pré-apuração* e de *apuração em curso*. Investir na *pré-apuração* era o que se esperava em se tratando de cobertura de posse de novo governo, quando se supõe a necessidade de explicar aos leitores características, pensamento, trajetória política do novo mandatário. E também por ser um acontecimento programado, agendado, o que permite um planejamento da cobertura.

APURAÇÃO	Folha de S.Paulo (28 unidades)	O Estado de S. Paulo (26 unidades)	O Globo (24 unidades)	TOTAIS DE MARCAS
Pré-apuração	17	13	6	36
Apuração em curso	9	5	9	23
Ambos os procedimentos	2	8	9	19

Tabela 1: Marcas de práticas de apuração nos três jornais nos dias 1 e 2 de janeiro

Fonte: Grupo Transverso (PPGJOR-UFSC)

Destacadamente, 36 unidades analisadas trabalharam somente com *pré-apuração* na busca de informações com antecedência antes do dia do evento; 23 trabalharam apenas com dados de *apuração em curso*, acompanhando as celebrações e as circunstâncias vinculadas à posse presidencial; e 19 materiais combinaram esses dois procedimentos. Ou seja, em 55, identificaram-se marcas de apuração antecipada e, em 42, encontramos marcas de apuração durante o acontecimento. Observa-se que a Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo investiram mais nas ações de *pré-apuração*, e O Globo se dedicou menos a essas tarefas.

Na Folha de S.Paulo, os materiais com *pré-apuração* exploraram questões como os detalhes do rito de posse, as promessas do governo eleito no plano da política externa e possíveis medidas na área da Previdência Social. Trata-se, na maioria dos casos, de notícias e reportagens que enfocam as expectativas em relação ao novo governo. A *pré-apuração* feita pelo O Estado de S. Paulo consistiu em tentar delinear como seria a política do novo governo, dando relevo às reformas econômicas. Em O Globo, textos mais consistentes com *pré-apuração* se resumem a apontar tendência do novo governo, a partir de indícios de falas e ideias defendidas antes por Jair Bolsonaro e de especulações junto a fontes não declaradas e alguns especialistas. O foco é sempre a economia. No dia 2, apenas duas unidades de análise revelaram um pouco mais de densidade nas informações.

Sobre o conjunto dos três jornais, observando quantas e quais fontes às quais os jornalistas dos três veículos recorreram para realizar a cobertura da entrada do novo governo, temos, de modo previsível, maior presença de *autoridades públicas* (51) entre os entrevistados, seguidas de *especialistas* (34) e *cidadãos* (30). Registram-se significativos recursos de apuração em *documentos*: são 39 registros de informações retiradas de discursos e pronunciamentos oficiais ou de medidas provisórias, decretos e leis. Há ainda a recorrência a *arquivos/estudos* (informações já publicadas pelo próprio veículo ou retiradas de bancos de dados, artigos científicos, livros), que somaram 37 registros, bem como a coleta de informações por observação direta do *repórter observador* (30). De novo, no conjunto dos três veículos, impressiona negativamente a quantidade

de fontes não especificadas/identificadas (33). Chama atenção, também, que as marcas de informações retiradas de *redes sociais* (17) estão próximas das que assinalam apuração em materiais fornecidos por *assessorias de imprensa* (21) – lembrando, mais uma vez, que entre as *Fontes não especificadas/identificadas*, que são muitas, podem-se perceber informações muito provavelmente vindas de assessorias de imprensa.

Por várias sinalizações, no caso destes jornais, conclui-se que as categorias de entrevistados estão, muitas vezes, condensadas em número pequeno de materiais. E, nas unidades que concedem espaço para *cidadãos*, a grande maioria traz apenas apoiadores de Bolsonaro, ou seja, há pouco espaço – quase nulo, na verdade, para as percepções de cidadãos opositores e críticos ao novo presidente. Logo, ainda que o número de entrevistados pareça significativo, ele não está bem distribuído pelas matérias. Na Folha de S.Paulo, a maior parte dos conteúdos informativos relacionados à posse do novo presidente se situou nas editorias/seções “Poder”, seguida, com distância, de “Mercado”, indicando o foco da cobertura do jornal em questões político-econômicas em detrimento de outras que também são responsabilidades de um governo federal e de grande interesse da sociedade brasileira, como cultura, meio ambiente, populações indígenas ou ciência. Em O Estado de S. Paulo, na cobertura destacam-se a rara presença de entrevistas com *cidadãos* e a baixa quantidade de *especialistas* entrevistados, expressão do caráter oficialismo da cobertura. Não foi apresentado um percurso histórico do novo presidente, principalmente sobre sua longa vida na atividade política, aparecendo informações apenas no texto que trata de suas notas no colégio e de situações vividas como militar. O efeito disso talvez buscasse reforçar a ideia de que ele representa uma mudança e não faz parte da “velha política”. O leitor, no entanto, poderia ter comprovado o contrário caso sua trajetória fosse tratada nas páginas do jornal. Quanto ao jornal O Globo, observou-se uma cobertura que se limitou a registrar acontecimentos, interpretar e ecoar discursos oficiais, sondar impactos de medidas, mas sem buscar vozes dissonantes e críticas. Registramos ainda que é gritante a ausência de entrevistas ou de qualquer texto que ajudassem a definir o perfil ou mostrar a biografia do presidente como homem público. Sequer foram ouvidas pessoas que o conheceram ou conhecem.

De modo geral, há um silenciamento em relação ao caminho percorrido pelo novo governante do país até chegar à Presidência da República. Há uma impessoalidade reinante nos textos informativos, uma recorrente não identificação das fontes, seja por meio da utilização de “interlocutores do governo”, de observações dos repórteres e de material provavelmente cedido por assessorias, mas que não são mencionadas. A cobertura faz sugerir uma equipe enxuta, uma pauta pouco trabalhada, sem aprofundamento nas questões apresentadas, ficando tudo em meras descrições dos acontecimentos e repercussão de conteúdos já dados por outras mídias.

Pré-apuração e apuração em curso nos portais UOL e G1

Na cobertura jornalística realizada pelos portais UOL e G1⁶ sobre a chegada do novo governo, há o total de 85 materiais informativos publicados nos dias 1 e 2 de janeiro de 2019. Registra-se de saída que a quantidade de matérias publicadas pelo UOL nos dois dias analisados é superior à do G1. São 36 textos (31 notícias, três reportagens e duas notas) publicados pelo G1, sendo 20 deles no dia da posse e 17 no dia seguinte. Já no portal UOL, foram 49 matérias publicadas nos dois dias, sendo 28 relativas à posse e 21 postadas no dia seguinte. A grande maioria dos textos do UOL se enquadra no gênero notícia; apenas quatro eram reportagens, postadas no dia 1 de janeiro.

Os 85 materiais informativos publicados pelos dois portais (Tabela 2) mostram que em apenas 24 deles houve emprego de *pré-apuração*, ou seja, um investimento antecipado em busca de informações acerca do que foi publicado

⁶ A coleta e análise do material dos portais teve participação também dos(as) estudantes Eduardo Iarek (iniciação científica), Anaíra Sarmiento, Ricardo Borges Leite, Thaís de Araújo Freitas (mestrandos) e Gabriela Almeida (doutoranda).

no dia 1 ou 2 de janeiro. Nas outras 44 unidades, identificamos somente marcas de informação levantada na *apuração em curso*, como o acompanhamento (*in loco* ou não) das celebrações e circunstâncias da posse e da chegada do novo governo ao poder. Ou seja, foram pautas desenvolvidas no mesmo dia da ocorrência e tratamento do assunto, sem maior trabalho prévio em captação e checagem de informação. Em 17 dos 85 textos houve, simultaneamente, *pré-apuração* e *apuração em curso*.

APURAÇÃO (somente unidades do informativo)	G1 (36 unidades)			UOL (49 unidades)			TOTAL G1 + UOL (dias 1 e 2)
	DIA 01/01	DIA 02/01	TOTAL G1 (dias 1 e 2)	DIA 01/01	DIA 02/01	TOTAL UOL (dias 1 e 2)	
Pré-apuração	4	14	18	6	0	6	24
Apuração em curso	11	0	11	15	18	33	44
Ambos os procedimentos	5	2	7	7	3	10	17

Tabela 2 – Marcas de práticas de apuração nos portais G1 e UOL nos dias 1 e 2 de janeiro

Fonte: Grupo Transverso (PPGJOR-UFSC)

Nota-se que o portal G1 investiu mais em *pré-apuração* (18) do que o UOL (6), mesmo se acrescentarmos as unidades que mesclaram ambos os procedimentos de *pré-apuração* e *apuração em curso*: 7 no G1 e 10 no UOL. Destaca-se ainda que práticas de *pré-apuração* no G1 foram mais frequentes no dia 2 de janeiro (14 unidades), quando o novo governo já estava começando suas atividades, do que no dia da posse propriamente dita (4 unidades). O UOL, ao contrário, focou mais em *pré-apuração* nas publicações do no dia da posse (1 de janeiro). Ao observarmos as escolhas das fontes, vemos nos portais G1 e UOL que as predominantes nos dois dias foram *documentos* (46), *entrevistados* (43), *repórter observador* (34) e *redes sociais* (32). Na comparação entre os dois portais, chama atenção que o UOL utilizou muito mais fontes do tipo *entrevistados* (38), *documentos* (32), *redes sociais* (26) e *fontes não especificadas* (14). No G1, as mais frequentes foram *repórter observador* (17) e *documentos* (14) e *fontes não especificadas* (9). Observamos uma média muito baixa de fontes (cerca de duas) por texto em ambos os portais. No caso do G1, isso ocorreu tanto nos textos com *pré-apuração* quanto na *apuração em curso*.

O UOL, ao contrário do G1, atribuiu mais relevância ao ritual da posse em si do que ao dia em que o governo Bolsonaro estava iniciando suas ações. O portal criou uma seção especial (“Posse de Jair Bolsonaro”) para as matérias relativas ao acontecimento e publicou uma quantidade de materiais (49) que superou as do portal G1 (36). Como dito acima, a cobertura do UOL fez ainda menos *pré-apuração* do que o G1, portal no qual planejamento, checagem e levantamento prévios de informação também foram incipientes. Do total de 49 unidades do UOL, 33 foram compostas apenas com informações levantadas no curso das ocorrências, sendo 15 delas no dia da transmissão do cargo e 18 no dia seguinte. Percebe-se, portanto, uma extrema ênfase na factualidade, mesmo em um acontecimento do impacto da posse e chegada de um novo governo ao poder.

Houve um expressivo uso, em ambos os portais, de informações provenientes de fontes sem identificação/especificação. Trata-se de informações retiradas de outras fontes (assessoria de imprensa, outras mídias jornalísticas e sites institucionais, informação já dada pelo próprio veículo, conversas de bastidores com autoridades públicas ou em entrevistas coletivas) e que não são devidamente referenciadas e especificadas na matéria jornalística, seja por descuido do jornalista ou por ação proposital. É provável que a prática de não identificar fontes esteja

sendo potencializada pela própria facilidade de acesso que a internet possibilita a diferentes conteúdos disponíveis e, eventualmente, já apurados.

Os dados sobre *pré-apuração*, *apuração em curso* e as fontes utilizadas sinalizam pouca importância dada à preparação da cobertura, à construção do perfil do novo presidente e dos demais ministros que estavam assumindo postos-chave do comando do país. Quase nada foi dito pelo G1 sobre o novo chefe do Executivo, em que pese toda a reação crítica que discursos e práticas de Jair Bolsonaro já provocavam em diversos segmentos sociais e políticos brasileiros, desde muito tempo antes das eleições de 2018. Percebe-se que o G1 priorizou dar voz apenas às pessoas que estavam facilmente disponíveis do lado de fora dos locais da cerimônia e ao discurso oficial dos empossados. Ou seja, tratou-se de uma cobertura feita no momento das ocorrências, de forma quase instantânea (característica típica do jornalismo em portais noticiosos convencionais), sem maior planejamento nem preocupação em apresentar vozes diversificadas a respeito do acontecimento. Mesmo os cidadãos comuns ouvidos e citados nas matérias porque estavam acompanhando o ritual da posse foram poucos (apenas três) e somente apoiadores do novo governo, presentes no ato da posse. Não há entrevistas com atores políticos de partidos de oposição nem com especialistas (cientistas políticos ou sociólogos) participando da interpretação do acontecimento e dos possíveis cenários abertos para o Brasil a partir do início da nova gestão. O mesmo ocorreu na cobertura do UOL, que deu pouca atenção à trajetória do novo presidente, priorizando fontes facilmente acessíveis *in loco*, como cidadãos comuns apoiadores de Bolsonaro. Os poucos especialistas acionados como fontes pelo UOL foram chamados a se expressar sobre amenidades, como o vestido da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, mas não para discutir as características do novo governo e suas consequências para a vida do país. Também no UOL, de maneira geral, autoridades públicas acionadas como fontes foram, principalmente, aliados de Bolsonaro.

A inexistência de fontes do tipo *pesquisa externa/estudos* e constante uso tanto de *pesquisa interna/informação já dada pela própria mídia* (total de 20 registros nos dois portais) quanto de informação publicada por *outras mídias* (total de 07), que constatamos nas coberturas do G1 e UOL, são reveladores da reprodução de conteúdos já dados a partir das mesmas fontes e abordagens. E podem estar dando vigência ainda ao termo “jornalista sentado”, cunhado no começo dos anos 2000 por pesquisadores franceses (PEREIRA, 2004) para se referir a práticas profissionais acomodadas a reescrever informações já existentes, sem esforço de apuração, como as provenientes de assessorias ou as surgidas com o advento da internet e do jornalismo em rede. Um exemplo extremo é a notícia intitulada “Cavalo se assusta durante desfile em carro aberto de Bolsonaro”, postada no UOL no dia da posse⁷. Ela permite deduzir marcas de *apuração em curso*, mas, de fato, o jornalista não estava no local do acontecimento, em Brasília. O profissional que assina a matéria estava em São Paulo, provavelmente assistindo à posse ao vivo pela televisão.

A recorrência a entrevistas na cobertura de ambos os portais foi limitada e, geralmente, restrita a fontes oficiais ou a apoiadores de Jair Bolsonaro. Aventa-se a hipótese de uma perda de centralidade da entrevista enquanto método de apuração jornalística e de expressão de diferentes atores sociais. Tal hipótese pode ser explorada a partir da relação entre o baixo número de entrevistados (como autoridades e figuras públicas diversas, especialistas, cidadãos comuns etc.) e os outros dados aqui levantados – como a considerável recorrência a assessorias de imprensa, informações já dadas pela própria mídia ou por outras, declarações provenientes de redes sociais e informações cujas fontes sequer foram explicitamente identificadas.

Pré-apuração e apuração em curso nas revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja

A respeito da cobertura jornalística da entrada do novo governo em janeiro de 2019 pelas revistas semanais de informação brasileiras foram analisadas as

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/cavalo-se-assusta-durante-desfile-em-carro-aberto-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁸ Estas foram as edições: Carta Capital, n. 1.036, de 2 de janeiro de 2019; edição n. 1.070 da revista Época, do dia 7 de janeiro de 2019; edições de 26 de dezembro de 2018 (nº 2.557) e de 9 de janeiro de 2019 (nº 2.558) da revista IstoÉ; e as edições dos dias 2 e 9 de janeiro de 2019 (nº 2.615 e nº 2.616) da revista Veja.

⁹ A coleta e análise da cobertura da posse presidencial nas revistas teve a participação também das estudantes Gabriela Schander Braga (mestranda) e Liziane Nathália Vicenzi (doutoranda).

edições impressas das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, referentes à última semana completa do ano de 2018 (entre 24 e 29 de dezembro) e à primeira edição de janeiro de 2019 publicada por essas revistas (entre os dias 1 e 9)⁸. Analisando o total da cobertura jornalística dessas revistas⁹, foi possível observar a presença marcante do gênero jornalístico opinativo e, no informativo, a presença de forte ênfase interpretativa nas reportagens, notas e entrevistas. Ao todo, nas quatro revistas foram veiculados 68 textos relativos à posse do novo governo, sendo 34 informativos e 34 opinativos, havendo equiparação dos dois gêneros jornalísticos na análise das quatro revistas. Na Carta Capital, foi o total de 14 textos, todos opinativos, nenhum deles informativo/interpretativo. A Época veiculou 12 textos, quatro informativos e oito opinativos, apresentando predominância deste gênero. Já a IstoÉ publicou 33 textos, sendo 24 informativos e nove opinativos. Na Veja, foram nove textos: seis informativos e três opinativos. Em se tratando especificamente dos textos informativos/interpretativos (sem opinativo), analisamos as três revistas que apresentaram material informativo em suas edições (Carta Capital só apresentou material opinativo, como já explicitado) e coletamos o panorama apresentado na Tabela 3 quanto às marcas de *pré-apuração* e de *apuração em curso*.

APURAÇÃO	Época (4 unidades)	IstoÉ (24 unidades)	Veja (6 unidades)	TOTAIS DE MARCAS
Pré-apuração	4	14	1	19
Apuração em curso	2	16	5	23
Ambos os procedimentos	2	22	5	29

¹⁰ Últimas edições de cada revista em dezembro/2018 e primeiras edições em janeiro/2019.

Tabela 3: Marcas de práticas de apuração em Época, IstoÉ e Veja¹⁰

Fonte: Grupo Transverso (PPGJOR-UFSC)

Observa-se o total de 19 marcas de práticas de *pré-apuração* nas unidades analisadas, estando presente nos quatro textos analisados de Época, em 14 textos dos 24 analisados de IstoÉ e em um dos seis textos analisados de Veja. No comparativo entre as três revistas, é marcante a baixa utilização de material de *pré-apuração* nos textos de Veja. Em relação à presença de marcas de *apuração em curso*, as três revistas apresentaram 23 marcas, sendo duas em quatro dos textos analisados em Época, 16 dos 24 textos analisados da IstoÉ e cinco dos seis textos analisados de Veja. Neste quesito de *apuração em curso*, já se pode observar uma incidência um pouco maior nos textos das três revistas, mas que poderia ter sido total, já que se trata de um acontecimento previsto com antecedência (entrada e posse do novo governo). Esta incidência um pouco maior da *apuração em curso* nas três revistas acarretou um índice maior de ambos os procedimentos (*pré-apuração* e *apuração em curso*), totalizando 29 marcas nos textos analisados, sendo duas em Época, 22 em IstoÉ e cinco em Veja.

Na edição da Época do dia 7 de janeiro de 2019, que teve a chamada de capa “A era Bolsonaro”, tivemos dificuldade em identificar em alguns textos se houve ou não pesquisa prévia, como é o caso do texto “Bolsonarte”, referente a uma exposição de arte em que o busto de Bolsonaro foi exposto, sem especificar quando essa exposição ocorreu, se após sua eleição em outubro ou após sua posse naquela primeira semana de janeiro de 2019. Como *apuração em curso*, temos partes do discurso de posse de Bolsonaro e seus ministros. Em se tratando das fontes da *pré-apuração*, a maioria delas se referia a entrevistas de *autoridades públicas* e *declarações em função do cargo* que ocupam (dadas não em entrevistas), assim como a *documentos e fontes não especificadas*. Sobre as fontes de *apuração em curso*, poucas informações se referiram a um *pronunciamento* e um relato do *repórter observador*.

A revista IstoÉ, na edição de dezembro (nº 2.557), trouxe algumas questões referentes ao novo governo no especial “Retrospectiva 2018 e Perspectiva 2019”,

com a pergunta “Entramos com o pé direito?”. Destaca-se na edição, na qual se concentram todas as marcas de *pré-apuração*, uma entrevista exclusiva com o então futuro ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni, que dá um panorama do que será o governo de Bolsonaro. Ampla cobertura a respeito da entrada do novo governo foi feita pela edição do dia 9 de janeiro de 2019 da revista IstoÉ, com informações detalhadas sobre a posse do presidente Jair Bolsonaro. Elas dizem respeito a detalhes sobre o forte esquema de segurança, comentários de políticos e personalidades durante a cerimônia, detalhes do discurso da primeira-dama e do juramento e discurso do presidente, presenças e ausências de autoridades estrangeiras e possíveis parcerias, primeiras medidas, em especial as defendidas pelo então futuro ministro da Economia Paulo Guedes (economia liberal com reformas e privatizações), as relações com o Congresso e o Senado e detalhes de alguns hábitos da rotina dos Bolsonaro.

Sobre a cobertura da Veja, a edição do dia 2 de janeiro traz um especial intitulado “Almanaque Bolsonaro”, uma coletânea com registro e significado dos termos mais utilizados pelo presidente eleito durante a campanha e o mandato como deputado federal. Na semana seguinte, a edição do dia 9 de janeiro, com a manchete “Agora é para valer”, foca na cerimônia de posse. Do total de seis unidades de análise, uma contém somente marcas de *pré-apuração*, publicada em 2 de janeiro. Os cinco materiais jornalísticos na edição de 9 de janeiro combinam ambos os procedimentos. Essa situação possivelmente ocorre por causa da periodicidade característica de revistas impressas que permite a maior dedicação à *pré-apuração*. Nesses seis materiais com *pré-apuração* e *apuração em curso*, chama atenção o número elevado de ocorrências de fontes não especificadas. Vale dizer que alguns desses casos são passíveis de suposição. Na cobertura de Veja, é possível observar que houve uma aposta maior em *pré-apuração*, contando com quase o dobro de fontes a mais em relação à *apuração em curso*. Tal ocorrência pode ser justificada pelo distanciamento entre as autoridades e os jornalistas, já que estes foram impedidos de circular livremente no dia 1 de janeiro pelos espaços ocupados pelos empossados e convidados. Além disso, justifica-se pelas próprias características da produção jornalística em revista, mais focada no aprofundamento, interpretação e consequências dos acontecimentos do que em sua factualidade.

O conjunto da cobertura das revistas confirma que as revistas semanais atuam diferentemente dos demais veículos analisados, porque o tempo de apuração é distinto do jornalismo diário dos portais e jornais. Dessa forma, o investimento fica concentrado em um trabalho de *pré-apuração*, mas que não necessariamente foi realizado de forma efetiva anteriormente à posse ou ao início do novo governo. Isso é perceptível já que a grande totalidade dos textos informativos analisados se refere a pontos considerados polêmicos, como a reforma da Previdência, só que nessas matérias as fontes consultadas, em maioria os integrantes do novo governo, poderiam ter sido contatadas tanto antes como durante ou após a posse de Bolsonaro.

Tendo em vista as características das revistas, que permitem textos mais interpretativos, observamos que era esperado tanto em Veja como em Época e IstoÉ um esforço de cobertura jornalística mais aprofundada e abrangente. Nem mesmo pesquisa sobre as atuações parlamentares de Jair Bolsonaro parece ter sido realizada, sinalizando o endosso à maioria das ideias do novo governo, tais como reforma da Previdência, privatizações, enxugamento do Estado, entre outras, e uma espécie de tentativa de ocultar a pouca relevância dos serviços públicos até então prestados por Jair Bolsonaro nos cargos eletivos que ocupou em sua trajetória política.

Considerações finais

De um acontecimento político de grande repercussão na vida social, como é o caso de uma posse presidencial, e ainda mais sendo um acontecimento programado, espera-se uma cobertura jornalística planejada, de forma a oferecer

aos cidadãos informações para a compreensão acerca daqueles que passam a comandar os rumos do país, suas políticas e seus posicionamentos sobre temas públicos. Na cobertura da posse do governo Bolsonaro, chama atenção, no entanto, as marcas de pouco planejamento e investimento na apuração sobre a chegada ao poder de um político da extrema-direita, como se se tratasse de um acontecimento rotineiro sobre o qual não haveria necessidade de se aprofundar e de se considerar as novas perspectivas. As práticas de apuração observadas apontam para *omissão*, *sonegação*, *submissão* e, ainda, *deformação* – tal como pensado por Serva quando assinala que as edições, embora noticiem, podem não possibilitar ao leitor compreender e perceber a importância do assunto, mantendo a “desinformação funcional” (SERVA, 2001: 55-71). Isso porque as marcas das apurações explícitas nos textos são a expressão mais direta da relação entre os modos de busca por informações e os conteúdos/discursos publicados.

A falta de informação jornalística ampliada sobre trajetória, atuação e posicionamentos do novo mandatário é uma das ausências mais sentidas na cobertura da posse de Bolsonaro. Pouco destaque foi dado às políticas propostas pelo novo governo para as áreas da saúde, educação, moradia, saneamento básico e meio ambiente, restringindo-se a atenção jornalística à prioridade de reformas na esfera econômica. Nem mesmo se problematizou com a devida importância o que se anunciava quanto à flexibilização de relações de trabalho, redução do papel do Estado e privatizações. É notável ainda o silenciamento a que foram relegados outros atores de espectro político diferente ao do novo governo – tanto políticos profissionais como cidadãos comuns –, bem como especialistas de áreas diversas, negligenciados pela captação de informações. Na apuração junto a fontes oficiais e aliados do governo, imperou o jornalismo declaratório, a excessiva factualidade dos diários, a falta de aprofundamento, de checagem e de escuta do contraditório. Se nos jornais impressos e nos portais predominaram informações provenientes de fontes oficiais (assessorias, Twitter, coletivas), de fontes não especificadas e de conteúdos já publicados pela própria mídia ou outros veículos, nas revistas teve relevo a opinião ou a editorialização de fatos, geralmente com viés pouco crítico ao novo governo – à exceção da revista Carta Capital, na qual o conteúdo também é opinativo/interpretativo, porém bastante crítico ao novo governo. Verificou-se ainda nas mídias analisadas a inexpressiva presença da reportagem – seja enquanto método de captação de informação, seja enquanto gênero jornalístico textual. Portanto nem na cobertura on-line, nem nas publicações dos impressos (jornais e revistas) aqui estudados encontramos evidências empíricas quanto ao uso proveitoso das facilidades da internet e mesmo das redes sociais para se ter uma produção jornalística com mais qualidade, profundidade e variedade de perspectivas – questão que merece pesquisas futuras.

Apenas parte das apurações dessas coberturas marcadas pela precariedade, displicência e acomodação pode ser explicada pelo fato de os jornalistas terem sido proibidos pelo novo governo de circular pelos locais da cerimônia da posse presidencial – diferentemente das posses presidenciais ocorridas desde a volta das eleições diretas, os jornalistas tiveram que ficar em média sete horas fechados em local pré-determinado e foram proibidos de se deslocar entre o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Palácio do Itamaraty. Isso poderia dificultar preferencialmente a *apuração em curso* e nem tanto a *pré-apuração*, que, de fato, é o diferencial em uma cobertura qualificada de início de novo governo. Tampouco redações cada vez mais reduzidas, como se sabe, explicam a apuração precária realizada para a posse de Bolsonaro. À acomodação técnica-cultural estimulada pelas facilidades de uso de recursos digitais soma-se o histórico problema das condicionantes política, empresarial e ideológica que atravessam a linha editorial das mídias jornalísticas. Tanto a precarização como a acomodação e a linha editorial agem na apuração realizada, desde a delimitação e planejamento das pautas até o enquadramento dos assuntos e a visibilidade dada ou não. Assim, no caso da posse de Jair Bolsonaro, a apuração revela que o não planejamento

de uma cobertura mais consistente e crítica foi também uma escolha de política editorial. As mídias e jornalistas que cobrem Brasília já conheciam Bolsonaro, sua trajetória e as políticas que defende. No trabalho de *pré-apuração* e de *apuração no curso* da posse, os principais jornais, portais e revistas semanais da imprensa do país mostraram muito menos do que seria necessário saber ou lembrar sobre o político que então assumia a Presidência da República e sobre o tipo de governo que já se desenhava à frente dos brasileiros.

Referências

ALBUQUERQUE, A. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Sage Journals*, New York, v. 20, p. 906-923, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>

ALBUQUERQUE, A. O papel da imprensa no debate público: impasses contemporâneos. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 10, p. 11-25, 2019.

CAL, D.; SANTOS, B. Adolescentes infratores na cena pública: como os *media* alimentam o debate sobre a redução da maioria penal. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 140-158, 2015.

CLAUSO, R. Cómo se construyen las noticias: secretos de las técnicas periodísticas. In: ALSINA, M. R.. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesse: ensaios de teoria de jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 117-194.

LEAL, B. S. (org.). *Formação em Jornalismo: da prospecção dos acontecimentos à edição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MAIA, R. (coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 7-24.

MARQUES, Â. As intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: MARQUES, Â. (org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 11-28.

MARQUES, F. P. J.; CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. Perspectivas para o jornalismo político. In: MARQUES, F. P. J. et al. (org.). *Estudos sobre Jornalismo Político*. Curitiba: CPOP, 2018. p. 239-258. Disponível em: <https://bit.ly/3nZrMN1>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. Editorial journalism and political interests: Comparing the coverage of Dilma Rousseff's impeachment in Brazilian newspapers. *Journalism*, Thousand Oaks, v. 1, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884919894126>

MEDINA, C. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Summus, 1986.

MELO, J. M. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2003.

NORONHA, M. G. *As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa*. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

PEREIRA, F. H. O “jornalista sentado” e a produção da notícia on-line no Correio Web. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 95-108, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/37TsISS>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PEREIRA JUNIOR, L. C. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PRIOR, H.; GUAZINA, L.; ARAÚJO, B. Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. *Media e Jornalismo*, Lisboa, v. 1, p. 167-185, 2015.

RIZZOTTO, C.; PRUDÊNCIO, K.; SAMPAIO, R. C. Tudo normal: a despolíticação no enquadramento multimodal da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/37XkdAF>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ROCHA, P. M.; NORONHA, M. G. As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem. *Estudos em Comunicação*, Covilhã, n. 23, p. 171-193, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3mTtUEJ>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ROMANCINI, R.; LAGO, C. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTANA, A.. *Jornalismo possível, ‘cordialidade’ e investigação: a prática jornalística no contexto contemporâneo*. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SEABRA, R.; SOUSA, V. (org.). *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERVA, L. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SILVA, G.; MAIA, F. D. O método de Análise de Cobertura Jornalística na compreensão do crack como acontecimento noticioso. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B (org.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, 2011.

SILVA, G.; SOARES, R. L. O método Análise de Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. *Rumores*, São Paulo, v. 7, p. 80-97, 2013.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STACCIARINI, I. C. *O WhatsApp como ferramenta de apuração: erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF*. 2019. 265 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

ZILLER, J.; TEIXEIRA, N. Instrumento de ação jornalística: processos de pesquisa e apuração. In: LEAL, B. S. (org.). *Formação em Jornalismo: da prospecção dos acontecimentos à edição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 41-48.